

SUMÁRIO

1 EVOLUÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA NO BRASIL E CRÍTICAS AO MODELO TRADICIONAL 21

Ademir Gasques Sanches

1.	A prisão	21
2.	Prisão pena definitiva, prisão com pena recorrível e prisão sem pena	22
2.1.	A prisão em flagrante.....	24
2.2.	A prisão temporária	29
2.3.	A prisão preventiva	29
2.4.	A Lei 15.272, de 26 de novembro de 2025	31
2.5.	Críticas à prisão preventiva.....	41
3.	Das medidas cautelares.....	43
3.1.	Requisitos para a decretação de medida cautelar ...	43
3.2.	Das medidas cautelares alternativas à prisão	45
4.	Sistemas inquisitório e acusatório	50
4.1.	Sistema inquisitório	50
4.2.	O sistema acusatório	55
	Referências	58

2 A NOVA LEI Nº 15.272, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2025: FINALIDADES, ESTRUTURA E INOVAÇÕES 67

Joaquim Leitão Júnior

2.1.	Alterações nos arts. 310, 310-A e 312, 313 do CPP	69
2.2.	Circunstâncias do §5º do art. 310-A: hipóteses e interpretações	74
2.3.	Critérios objetivos de periculosidade (§3º do art. 312)....	74
2.4.	Efeitos sobre a atuação judicial e policial.....	76
	Referências bibliográficas.....	76
3	CRITÉRIOS DE CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA E FUNDAMENTAÇÃO JUDICIAL	77
	<i>Rafael Pródel</i>	
3.1.	Introdução	77
3.2.	Circunstâncias legais do art. 310, §5º, do CPP	78
3.3.	Exigência de motivação concreta (art. 310, §6º, do CPP)....	82
3.4.	A audiência de custódia	86
3.5.	Jurisprudência atual e parâmetros de decisão	88
3.6.	Conclusão	98
	Bibliografia.....	99
4	AFERIÇÃO DA PERICULOSIDADE E LIMITES CONSTITUCIONAIS	101
	<i>Patrícia Soares Godoy</i>	
4.1.	Elementos objetivos de aferição (incisos I a IV do §3º)	106
4.2.	<i>Modus operandi</i> e organização criminosa	111
4.3.	Proibição da “gravidade abstrata” (§4º do art. 312)	115
4.4.	Controle probatório e revisão judicial	118
	Referências bibliográficas.....	122
5	A COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO E O ART. 310-A DO CPP	125
	<i>Érica Veras</i>	

5.1. Introdução	125
5.1.1. A era da genética forense e a busca pela verdade substancial: a prova científica como paradigma da justiça criminal moderna	125
5.1.2. O DNA como padrão-ouro: fundamentos e aplicações, eficiência investigativa vs. Direitos fundamentais	126
5.1.3. A mudança de eixo: a transição do modelo pós-condenatório para o pré-processual	128
5.2. Marco regulatório da identificação genética no Brasil: uma breve análise histórico-comparativa	129
5.2.1. O sistema original: a Lei nº 12.654/2012 e o foco no condenado	130
5.2.2. Críticas doutrinárias iniciais e o debate sobre garantias	131
5.2.3. A institucionalização da cadeia de custódia (arts. 158-A a 158-F do CPP)	132
5.3. O novo paradigma de 2025: a antecipação probatória e a tríade legislativa	133
5.4. O modelo da LEP vs. o modelo do CPP	134
5.4.1. A natureza jurídica da medida: identificação cautelar ou prova antecipada?	135
5.5. Hipóteses de incidência: interpretação do rol taxativo e a gravidade concreta	136
5.5.1. Crimes praticados com violência ou grave ameaça à pessoa	137
5.5.2. Crimes contra a dignidade sexual	137
5.5.3. Organizações criminosas armadas	138
5.5.4. Crimes hediondos	139
5.6. O momento da coleta: prazos, procedimentos e desafios logísticos	139

5.6.1. A preferência pela audiência de custódia	139
5.7. A cadeia de custódia como condição de validade da prova genética	141
5.7.1. Definição, fundamento e relevância jurídica: a blindagem da prova	141
5.7.2. Etapas críticas da cadeia de custódia na coleta de referência sob o artigo 310-A.....	142
5.8. Responsabilidade e capacitação do agente público coletor	144
5.9. Desafios ético-constitucionais e a colisão com direitos fundamentais	147
5.9.1. O direito à não autoincriminação (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	147
5.9.2. A presunção de inocência e o risco de um “estado de suspeição” permanente	148
5.10. Conclusão: o equilíbrio delicado entre tecnologia e garantias	150
Referências	151
6 BANCO DE PERFIS GENÉTICOS, LGPD E PROVA PENAL	155
<i>Higor Vinicius Nogueira Jorge</i>	
6.1. A delimitação do tema: do vestígio ao dado	155
6.2. A arquitetura do banco: BNPG, RIBPG e a lógica do confronto.....	156
6.3. O perfil genético como dado pessoal sensível	158
6.4. A LGPD e a persecução penal: a exclusão do art. 4º, III, e o regime ainda por construir	159
6.5. Finalidade, prazo e exclusão: os limites do armazenamento.....	161
6.6. A prova genética em juízo: força epistêmica e contraditório.....	162

6.7. Uma hipótese de aplicação e o controle de viés	164
6.8. Síntese do capítulo	165
Referências	165

7 IMPACTOS PRÁTICOS E INTERPRETAÇÃO JUDICIAL DA NOVA LEI 15.272/25

167

Líbero Carvalho

1. Introdução: o marco de uma reforma garantista.....	167
2. Atuação policial e ministerial: a reconstrução da investigação sob a ótica cautelar	168
2.1. A polícia judiciária como fonte de evidências cautelares	168
2.2. O Ministério Público e o ônus da acusação cautelar qualificada	169
3. Modelos de decisão judicial fundamentada: do formalismo à análise concreta de riscos	169
3.1. A estrutura da decisão baseada em evidências	170
3.2. O dever de especificação e a vedação de decisões genéricas	171
4. As medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP): da teoria à prática executiva	171
4.1. Abordagem combinatória e graduada	171
4.2. Concretização operacional e superação de obstáculos	172
4.3. Fiscalização dinâmica e revisão obrigatória.....	172
5. Conclusão: rumo a uma cultura processual penal racional e garantista	173
Referências bibliográficas.....	174
Jurisprudência citada.....	174

8 ANÁLISE CRÍTICA E POLÍTICA CRIMINAL DA REFORMA 175

Líbero Carvalho

1. Análise detalhada e implicações da reforma da prisão preventiva: uma visão da Lei 15.272/2025..... 175
 - 1.1. Panorama histórico e a busca social por efetividade..... 175
 - 1.2. A fragilidade dos mecanismos de garantia e a cultura da desconfiança 176
 - 1.3. A exigência social por resultados e a “política” da segurança 177
 - 1.4. O preço social da “soltura constante”: um argumento prático relevante 177
2. A Lei 15.272/2025: uma resposta legislativa às tensões existentes..... 178
 - 2.1. Detalhando os requisitos: a miragem do controle e a expansão da liberdade de decisão 179
 - 2.2. Priorizando medidas alternativas: a separação entre a lei e a capacidade do Estado..... 179
 - 2.3. As regras de prazos e a proteção a grupos mais frágeis: entre a necessária humanização e a proteção sem condições 180
3. Análise crítica realista: potencialidades e obstáculos na aplicação 182
- Conclusão 183

9 GOVERNANÇA, ÉTICA NA GESTÃO DE DADOS GENÉTICOS 185

Simone Arruda do Carmo

1. Introdução 185
2. Governança genética: *accountability* e transparência 187
 - 2.1. Evolução legislativa: da execução penal à audiência de custódia 188

2.2.	O novo marco legal e o controle institucional	190
2.3.	A cadeia de custódia como garantia fundamental...	191
2.4.	Transparência algorítmica e a “caixa preta”	192
2.5.	O risco do <i>function creep</i> e a urgência das cláusulas de sunset automáticas.....	193
3.	A geografia do DNA, poder e bioterritorialidade: o BNPG entre a vigilância e a segurança.....	194
3.1.	Seletividade penal e a bioterritorialidade da contenção	195
3.2.	A microfísica do poder e o necropoder	195
3.3.	Racismo científico e o retorno de Lombroso.....	196
3.4.	A coleção investigatória: o contraponto da segurança pública e a verdade real.....	197
4.	Conclusão	198
	Referências bibliográficas.....	199

10 SÍNTESE CONCLUSIVA E DIRETRIZES PARA APLICAÇÃO SEGURA DA LEI

203

Higor Vinicius Nogueira Jorge

10.1.	O fio que costura a reforma.....	203
10.2.	O que a lei não fez: dissipando dois mal-entendidos...	204
10.3.	Diretrizes para a autoridade policial	205
10.4.	Diretrizes para o Ministério Público	206
10.5.	Diretrizes para a defesa.....	207
10.6.	Diretrizes para o Poder Judiciário.....	207
10.7.	A condição de efetividade: estrutura, integração e cultura	208
10.8.	Conclusão: a medida da reforma	209
	Referências	210